

Congressistas marajás

Congresso - IPC

□ Poder público financia a previdência parlamentar

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão transferindo, este ano, para o Instituto de Previdência dos Congressistas, Cr\$ 39,1 bilhões — dinheiro suficiente para cobrir a folha de pagamento do Legislativo, incluindo deputados e senadores, durante cinco meses.

A informação é do vice-líder do PT na Câmara, Pedro Tonelli (PR), insatisfeito com o fato de o poder público subvencionar um instituto previdenciário privado, quando o governo diz que não há recursos para pagar os 147% devidos aos aposentados.

O dinheiro a ser transferido do Legislativo para o IPC divide-se em duas partes: Cr\$ 28,3 bilhões estão previstos no orçamento da União para a formação do Fundo de Liquidez do instituto; Cr\$ 10,8 bilhões serão repassados como contribuição patronal. Com estes recursos, avalia Pedro Tonelli, o governo poderia ainda pagar 408 mil 239 aposentadorias no valor de um salário mínimo, ou construir 3.763 casas populares.

A receita operacional do IPC é alimentada por três fontes: receitas patrimoniais, oriundas de aplicações financeiras, acionárias e imobiliárias; contribuição dos segurados; repasses realizados pela Câmara e Senado.

Subsídios

Há dois anos, o instituto foi denunciado por aplicar irregularmente seus recursos, o que resultou num processo de cassação e na posterior renúncia do então presidente, ex-deputado Gustavo de Faria (RJ). Na opinião de Pedro Tonelli, o que garante a sobrevivência do IPC são os repasses de dinheiro público.

A contribuição dos segurados — parlamentares e funcionários do Legislativo — é de 10% sobre o salário básico. Embora o vencimento atual de um congressista seja de Cr\$ 12,5 milhões, o desconto para o IPC recai apenas sobre os subsídios — Cr\$ 7.336.103,00. A verba de representação — Cr\$ 5.149.000,00 — não sofre desconto para o IPC, nem para o Imposto de Renda. E a contribuição patronal, paga pela Câmara e Senado, proporciona uma arrecadação mensal de Cr\$ 900.873.080,00.

Aposentados

O relatório das atividades

Givaldo Barbosa

JORNAL DE BRASÍLIA 17 ABR 1992



Tonelli: insatisfação

de 1991 do IPC revela que 732 ex-parlamentares estão aposentados pelo instituto, entre eles o ministro da Justiça, Célio Borja, que exerceu dois mandatos de deputado federal. Conforme Pedro Tonelli, o IPC passou ao largo da crise que castigou a economia do País e, no ano passado, alcançou uma evolução patrimonial de 31,28%.

“Enquanto a Previdência Social enfrenta sérias dificuldades, o IPC apresenta uma saúde financeira invejável”, reclama o parlamentar. Ele e toda a bancada do PT na Câmara, assim como o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), já tentaram se desfiliar do IPC, mas foram informados de que a filiação é compulsória. Agora, Tonelli quer questionar isso na Justiça, por entender que a medida atenta contra o direito de livre associação.